

# AS MEMÓRIAS PAROQUIAIS: DO MANUSCRITO AO DIGITAL<sup>34</sup>

Fernanda Olival<sup>1</sup>, Helena Freire Cameron<sup>2</sup>, Renata Vieira<sup>1</sup>

<sup>1</sup> CIDEHUS, Universidade de Évora

<sup>2</sup> CIDEHUS, Instituto Politécnico de Portalegre

mfo@uevora.pt, helenac@ipportalegre.pt, renatav@uevora.pt

**Resumo.** Este texto tem o intuito de traçar a história custodial das *Memórias Paroquiais*, desde a difusão dos inquéritos em 1758, até aos projetos atuais que visam convertê-las em objetos e dados digitais. Note-se que se trata de um recurso muito relevante para conhecer o Portugal de meados do século XVIII e que interessa não só ao historiador, como a muitos outros estudiosos e intervenientes no campo local, regional e do país. No interior do CIDEHUS, até pela dimensão, as *Memórias Paroquiais* têm suscitado, desde há mais de um decénio, trabalho de equipa interdisciplinar. Refletir sobre este e outros esforços em Portugal é também uma forma de avaliar e repensar estratégias de trabalho sobre esta coleção.

## 1. INTRODUÇÃO

“Memórias Paroquiais” é a designação pela qual hoje é conhecida a coleção das respostas a um inquérito mandado efetuar aos párocos de todas as freguesias de Portugal Continental, em 1758.

Com este texto, pretende-se dar a conhecer a trajetória das *Memórias Paroquiais*, desde a sua produção aos atuais projetos para a sua conversão em dados digitais. Conhecer este itinerário é importante para explicar como foi constituída esta coleção, as lacunas que apresenta, as instituições a que esteve associada e as apropriações e transformações que sofreu ao longo do tempo, também elas fruto dos diferentes contextos político-culturais e tecnológico-científicos. Do ponto de vista metodológico, usaremos enfoques diversificados, sem escamotear os de escala micro, sempre que qualquer indício o justificar, por mais ténue que seja. Nas histórias custodiais, muitas destas pequenas pistas podem ser, às vezes, esclarecedoras.

---

<sup>34</sup> Trabalho desenvolvido no âmbito dos projetos UIDB/00057/2020 e PTDC/ART-HIS/32327/2017 - FCT – Portugal.

## 2. OS MANUSCRITOS: A PRODUÇÃO

O objetivo do inquérito de 1758 era conhecer melhor o país, avaliar o impacto do sismo de 1755 e contribuir para um dicionário histórico-geográfico de Portugal. A iniciativa partiu da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mas teria em vista - de certa forma - também dar continuidade ao trabalho do Padre oratoriano Luís Cardoso (Pernes, 1697- Lisboa, 1769). Este último era académico do número da Academia Real da História, desde 1737.

Em 1747 e em 1751, o Padre Luís Cardoso publicou o primeiro e o segundo volumes de um dicionário geográfico (letras A-C), para o qual reunira dados através de um inquérito, com 65 perguntas, efetuado aos párocos em 1732-1733, a que juntara outras fontes. Com o sismo de 1755, ter-se-ia perdido o material para os restantes volumes. Por isso, em 1758, o projeto tinha condições para ser retomado. Reenviaram-se interrogatórios para todas as freguesias do país, mesmo para aquelas cujo nome se iniciava por A, B, C, com textos já publicados, pois havia outras questões a apurar, certamente do interesse da Coroa, como os correios e as reconstruções, na sequência do Terramoto. Desta vez, o interrogatório continha 60 perguntas, organizadas em três conjuntos: terra, serra e rio. Foi impresso na época, num formato de 19,5 x 28,5 cm. A folha solta, com registos nos dois lados, devia ser dobrada a meio, formando um pequeno caderno de quatro páginas, facilitando o seu manuseio. Em dois exemplares que se conservam na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP, Ms. 5, nº 3 e 4) é fácil observar com clareza essa dobragem (ver um deles em fig.s 1 e 2, em anexo). Não é possível confirmar se algum destes foi o exemplar transcrito e publicado no final do século passado por Gabriel Pereira, sem indicar qualquer cota, apenas que se encontrava naquela biblioteca (Pereira, 1895). É de realçar que, em qualquer deles, na pergunta 3, sobre a terra, “Quanto vizinho tem?”, foi acrescentado à mão, com letra da época, “e o Número das pessoas”.

O impresso foi distribuído através dos bispos (ou congéneres) e foram eles, ou os cabidos ou outras autoridades eclesíásticas, a fazê-lo chegar às mãos dos destinatários. Junto com as respostas, é provável que alguns párocos tenham devolvido o questionário, como aconteceu com o de S. Romão do Sado, no termo de Alcácer, que assim o refere:

“Por ordem de Vossa Magestade expedida pella Sacrataria de Estado dos negocios do Reyno ao Reverendíssimo e Excelentíssimo Senhor Arcebispo de Evora que me manda com suspensão do meu officio Parochial o seu arbitrio diga o que souber a respeito de huns interrogatorios impresso[s], que me remeteo em dezasete de Março desta prezente era de mil e setecentos e sincoenta, e ouito, cujo impresso torno a remeter com êsta informação en que digo o que me consta sobre cada húm dos interrogatorios nelle expressados” (ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 33, nº 13, p. 111).

Também o prior da Matriz de Alcácer do Sal terá acostado o papel impresso às suas respostas, sem que este hoje faça parte do acervo da Torre do Tombo (ANTT, vol. I, nº 71, pp. 501-560). Vários outros terão feito o mesmo. Quem compilou as respostas terá

eliminado esse material, considerando-o supérfluo, pois apenas teria interesse no que escreviam os párocos; o compilador conheceria bem o teor da lista de perguntas.

Provavelmente, um exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal conservou-se por estar junto de apontamentos para preparar as respostas sobre Caminha, no Norte de Portugal (BNP, Ms. 5, nº 3). O outro porque se encontrava entre as respostas originais dos párocos ao Provisor do Priorado do Crato, mais em concreto, no meio do texto sobre a Flor da Rosa que, por sua vez, estava cosido com várias freguesias daquele Priorado. Sendo este último um território *nullius diocesis*, foi o provisor quem mandou distribuir o inquérito pelos párocos da sua jurisdição. Tudo indica que os clérigos terão respondido ao seu superior hierárquico ainda em 1758, cabendo a este remetê-los para a Secretaria de Estado. Alguns dirigiram-se mesmo a “Sua Senhoria” e não a “Sua Majestade”, quando responderam’:

“Reverendíssimo Senhor

Vossa Senhoria me detremina lhe responda aoz interrogatorioz, que impressoz me forão remetidoz por ordem de Vossa Senhoria; e satisfazendo na parte, que metera á sua continência, informo a Vossa Senhoria, que esta aldea do Val do Pezo he situada na Provincia de Alentejo (...)”

(ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 38, nº 52, p. 275)

Após ter sido recepcionada uma primeira resposta de cada paróquia, em 1759, deve ter sido solicitada uma cópia autêntica, por qualquer razão: extravio, mudança de provisor ou outra. Esta segunda hipótese afigura-se mais credível, a julgar pela resposta da Amieira que, em 1758, na sua réplica, aludia a uns interrogatórios que recebera do provisor Filipe Abranches de Castelo Branco e no ano seguinte indicava ter recebido, nesse ano, do Doutor João Nunes da Silveira, idêntico pedido (cf: ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 3, nº 71, p. 541 e BNP, Ms. 5, nº 5). Em 11 terras alentejanas do Priorado do Crato examinadas (Amieira, Nossa Senhora da Conceição do Crato, Vale do Peso, Flor da Rosa, Gáfete, Mártires, Monte da Pedra, Tolosa, Monte Chamiço, Aldeia da Mata e Comenda), quando há data (em 3 freguesias não há), a lição da Biblioteca Nacional é de Março ou Abril de 1758 e um pouco mais minuciosa. A outra, que acabou inserida na coleção do Padre Luís Cardoso e que hoje se encontra na Torre do Tombo, quase sempre foi subscrita em Setembro ou Outubro de 1759 (falta a datação em 3 freguesias). Nem sempre os dados são rigorosamente coincidentes numa versão e na outra, nomeadamente nas informações demográficas. É difícil explicar como chegou a lição mais antiga à BNP, porque até ao momento não se descobriu qualquer pista segura, mas é muito provável que tenha entrado com outros fundos eclesiástico-conventuais, perto de meados do séc. XIX.

### 3. OS MANUSCRITOS NOS CONVENTOS ORATORIANOS

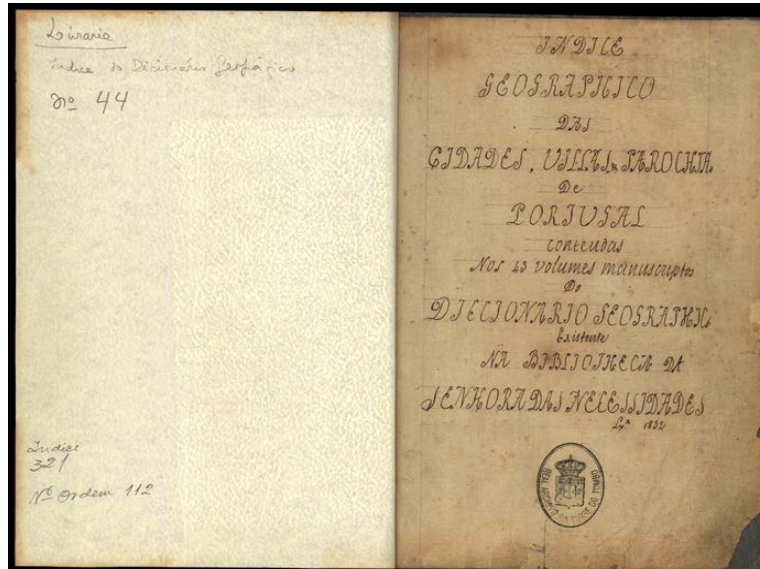
Na Secretaria de Estado, desconhece-se o tratamento dado às respostas, se algum tiveram. Dali teriam sido enviadas para o Convento das Necessidades, em Lisboa, sem que se saiba a data precisa. Destinavam-se ao Padre Luís Cardoso, que faleceu vários anos depois sem ter voltado a publicar qualquer volume do seu projetado dicionário. No entanto, Maria José Mexia Bigotte Chorão definitivamente comprovou que ele editou, sob o pseudónimo de Paulo Dias de Niza, ainda no final da sua vida, uma obra em 3 tomos, com informações que certamente resultaram destes inquéritos de 1758. Trata-se do *Portugal-sacro profano*, cujo volume 3 contava com dados sobre os correios, organizados pelo seu irmão mais novo, Pedro Nolasco dos Reis Cardoso, que era naquele período cónego da Colegiada de Ourém. Aliás, o pseudónimo já aparecia descodificado no catálogo da Biblioteca das Necessidades, de cerca de 1780 (Biblioteca da Ajuda (BA), 51-XIII-16, f. 183). Provavelmente, a tudo isto não seria indiferente a situação dos oratorianos que, a partir de 1760 e até ao final do reinado de D. José, deixaram de poder admitir noviços e conheceram várias limitações à sua atuação (Santos, 2010).

Os padres daquela agremiação ocupavam o convento das Necessidades, em Alcântara, desde 1750. Ou seja, quando acabou de ser construído, a mando de D. João V, que ali também erguera um palácio real e transformara uma ermida em capela real, sagrada em 1751. Com o Terramoto de 1755, a igreja saiu ilesa e o convento exigiu obras. Ali, os padres oratorianos estavam obrigados a manter atividades de Ensino e tinham dotação régia para a conservação e aumento da biblioteca, que cresceria muito depois de 1755. Antes, as suas livrarias estavam no convento-sede, o do Espírito Santo da Pedreira, na baixa de Lisboa, onde hoje se situa o Centro Comercial “Armazéns do Chiado”. Todo o edifício, que lhes fora concedido em 1671, e a zona foram fortemente devastados pelo sismo e incêndio de 1755. Por isso, as espécies bibliográficas que conseguiram de alguma forma recuperar foram levadas para as Necessidades.

Depois da morte do Padre Luís Cardoso, a 3 de Julho de 1769, estariam as respostas ao inquérito de 1758 nesta Casa das Necessidades, onde aquele religioso faleceu e foi enterrado, na sepultura 8 (ANTT, *Congregação do Oratório*, L<sup>o</sup> 9, p. 8).

Talvez já no século XIX, teria sido outro clérigo da mesma filiação, cujo nome se desconhece, que organizou os textos em forma de dicionário, com paginação numérica grafada. As freguesias foram numeradas, uma a uma, e ao cimo foi registado o nome da comarca a que cada uma pertencia. Por fim, cada volume foi encadernado, com o rótulo de "Diccionario Geographico de Portugal", na lombada e outro do número do tomo. Receberam a etiqueta tipográfica daquela biblioteca conventual, no verso da capa, como seria usual na instituição, neste período (Campos, 2015, p. 117). Ainda hoje consta de 80,5% dos 41 volumes de respostas ditas originais daquele Dicionário. Falta em 8 (vol.s 4, 5, 9, 11, 12, 16, 18, 36) e nos suplementos, mas talvez pela degradação da encadernação, tendo algumas delas sofrido alterações (*verbi gratia*, vol 18). É de notar que estes *ex-libris* apresentavam espaços para inserir a cota da obra (com um separador de letra e número), embora estes dados nem sempre fossem preenchidos, como aconteceu com os volumes do *Dicionário Geográfico*.

No que respeita às respostas ao inquérito de 1758, por se terem extraviado as descrições de cerca de 500 freguesias, no convento oratoriano foram acrescentados dois volumes de suplemento (vol.s 42-43). A estes adicionou-se um de índices do conjunto (vol. 44), com um prólogo. De acordo com uma nota que aparece na folha de rosto deste volume, estas intervenções datariam de 1832 ou ficaram concluídas nesse ano (Ver fig. 3).



**Fig. 3**

Verso da capa e folha de rosto do vol. 44 das *Memórias Paroquiais* (imagem cedida pelo ANTT)

Na altura da extinção das ordens religiosas masculinas, em 1834, a coleção encontrava-se de novo no Convento de Espírito Santo da Pedreira, cuja reconstrução ficara concluída em 1792 e para onde os oratorianos voltaram em Julho de 1833. Fizeram-no quando D. Pedro, como regente na menoridade da filha D. Maria II, desembarcou em Lisboa, exigindo que, em escassas horas, os oratorianos despejassem o Convento das Necessidades (Costa, 1959, p. 102). Foi uma mudança apressada, mas estes 44 volumes não ficaram para trás.

#### **4. DO DEPÓSITO GERAL DOS LIVROS DOS CONVENTOS EXTINTOS À TORRE DO TOMBO**

Em finais de Maio de 1834, com a causa liberal a vencer a guerra civil, foram decretados extintos todos os conventos, mosteiros e casas de religiosos. Os seus bens deviam ser incorporados “nos próprios da Fazenda Nacional”. Por isso, os recursos destas instituições, fossem de que natureza fossem, passaram a ser inventariados e apropriados pelo Estado.

Assim aconteceu com os do convento do Espírito Santo da Pedreira. Talvez nos finais do Verão de 1834, o escrivão que redigiu o levantamento dos bens móveis e imóveis, ao chegar à “livraria” e ao museu, limitou-se a dizer que todos estes pertencentes e os de igual perfil

ficavam entregues ao Doutor António Nunes de Carvalho (ANTT, *Ministério das Finanças, Casa do Espírito Santo de Lisboa*, Cx. 2233). Ou seja, seria responsabilidade dele arrecadá-los.

Quem era António Nunes de Carvalho (1786-1867)? Era um liberal, doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra. A partir de meados de Outubro de 1834 e até 1836, ficaria oficialmente encarregado do *Depósito Geral das Livrarias dos Conventos Extintos* (DLEC), no edifício que pertencera ao convento de S. Francisco da cidade. Este organismo funcionou entre 1834 e 1841, quando se fundiu com a Biblioteca Nacional de Lisboa.

Se o escrivão não inventariou os livros, entre os papéis de Nunes de Carvalho foi possível localizar uma “Relação dos livros existentes no cubículo nº 4 da extinta Casa do Espírito Santo pertencentes a extinta Casa de Nossa Senhora das Necessidades recebidos no Hospício extinto da Terra Santa em 30 de Dezembro do anno de 1834”. Tinha letra do punho de José Mendes Dinis, que efetuaria outros inventários de conventos, neste âmbito. Ali, na relação invocada, a primeira obra descrita era precisamente o “Diccionario Geographico do Reino de Portugal”, em 43 volumes, em formato “fólio”, ao qual não atribuía autor, local de edição, nem ano. Em observações, esclarecia: “Em manuscrito com hum indice em folio” (BNP, Cód. 6963, f. 195). Nas quase 7 páginas do rol efetuado, entre 10 livros manuscritos e 102 títulos impressos, esta obra destacava-se pelo quantitativo de volumes (ver fig. 4, em anexo).

O Hospício da Terra Santa, para onde foi levado o Dicionário Geográfico, era igualmente dos franciscanos até à extinção das ordens religiosas. Situava-se no quarteirão do Convento de S. Francisco da Cidade, onde se viria a instalar o governo civil de Lisboa, nos anos de 1840. Terá servido de complemento ao DLEC, aparentemente sobretudo para armazenar pintura. Era tudo muito perto do convento oratoriano. Por uma relação de letra de José Mendes Dinis respeitante à despesa feita na condução de livros, quadros e outros objetos sob a alçada do Dr. Nunes de Carvalho é possível saber que o transporte dos materiais do Convento do Espírito Santo começou a 25 de Outubro e talvez tenha terminado a 31 de Dezembro de 1834, com os livros (BNP, Cód. 6963, f. 264-264v). Se estes ficaram para os 2 últimos dias, logo no início da operação foi adquirida uma escova, água e duas varas de pano, tudo para servir “na livraria” do convento do Espírito Santo. Provavelmente destinavam-se a limpezas, embora o pano pudesse ter outros usos. Logo a 29 de Outubro, foram transportadas as estantes, bancas e cadeiras.

Como na sua vigência o DLEC era uma entidade receptora e redistribuidora de acervos (Barata, 2002, p. 76), o *Dicionário* acabou sendo enviado para a Torre do Tombo, ainda na década de 1830. A partir de 1837, desenvolve-se todo um debate sobre a legitimidade de confiscar as bibliotecas contíguas a outras instituições, como paços régios, o que poderia implicar devoluções por apropriação indevida. A das Necessidades foi uma das abrangidas pela polémica, pois tinha ao lado o palácio real (Barata, 2003, pp. 127-132). Assim, em 4 de Março de 1843, o então bibliotecário da Ajuda, Alexandre Herculano (1810-1877), mais tarde conhecido como historiador e homem de letras, pretendia que fosse restituída à Biblioteca da Casa Real “a grande collecção d’apontamentos e memorias para o Diccionario Geographico de Portugal pelo Padre Luiz Cardoso”. Alegava que, por morte do padre oratoriano, os volumes tinham ficado a pertencer à “Bibliotheca do Real Paço das Necessidades (...) sendo tambem certo que a referida Bibliotheca pertence hoje ao apanagio da Corôa”. Como prova, citava o catálogo da Real Biblioteca onde figurariam os livros e rematava dizendo que lhe constara que a obra no seu conjunto fora levada pelo Doutor

Nunes de Carvalho para o DLEC e dali para a Torre do Tombo (Freitas, 1910, p. 11). É de realçar que Herculano, mais do que bibliotecário, era “uma espécie de superintendente, como que inspector, das bibliotecas dos Paços Reais da Ajuda e Necessidades e do Real Gabinete de Física, anexo à Biblioteca da Ajuda” (Santos, 1965, p. 103). Na sequência do seu pedido, a 21 de Março, uma portaria assinada por Costa Cabral e dirigida ao guarda-mor do Arquivo Nacional pretendia saber se aqueles volumes da coleção existiam na Torre do Tombo e em que estado se encontravam, depois de terem sido remetidos do Depósito acima apontado (ANTT, *Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens*, mç. 21, doc. 111). A Torre do Tombo confirmou a incorporação dos 44 volumes, mas não os deixou sair. Respondeu José Manuel Severo Aureliano Basto a 27 do mesmo mês, nos seguintes termos:

“não deve semelhante Collecção sahir deste archivo, por quanto não he propriedade particular, he uma diligencia, que o governo mandou fazer, incumbindo o referido Padre de coordenar as ditas Discripções Geograficas, para depois se poder fazer, e publicar o Diccionario em forma, o que não pôde ser feito pelo mesmo Padre talvez por falecer poucos annos dêspois; e se não fosse a curiosidade de hum outro Padre da mesma Congregação do Oratorio ficariã todas em montão confuso, e sem serventia alguma” (ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 3723).

Note-se que este oficial-maior da Torre do Tombo conhecia bem o prólogo do volume 44 das *Memórias*, onde parte desta história ficou registada. Realce-se o papel do anónimo compilador oratoriano invocado. Na realidade, foi ele quem criou a coleção, ao organizá-la e encaderná-la. Porque a coleção ainda não existia, ela não aparece sequer entre as espécies inventariadas nos catálogos manuscritos das duas bibliotecas oratorianas das Necessidades, datados do séc. XVIII (ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 627A, de cerca de 1758; BA, 51-XIII-16 a 19; 51-XIII-9; 51-XIII-11 e 12). O mesmo acontece nos catálogos da Real Biblioteca, que se encontram hoje identificados na Biblioteca da Ajuda (BA, 51-XI-54-58; 51-XIII-8; 51-XIII-14-15). As duas primeiras cotas do catálogo régio, que se acaba de mencionar, nem reportam espécies posteriores a 1831. É altamente provável que houvesse outros catálogos produzidos no séc. XIX. No entanto, não foram por ora localizados, até porque se passou a usar o sistema de “bilhetes” (entenda-se fichas) para a catalogação dos livros.

Alexandre Herculano, em 5 de Julho de 1843, voltou a insistir no direito de reaver “a colleção mss. dos apontamentos e noticias colligidas pelo Padre Cardoso para a feitura de um Diccionario Geographico de Portugal, collecção que por um motu proprio do Dr. Antonio Nunes de Carvalho foi retirada d’entre outros livros pertencentes á Biblioteca Real” (Freitas, 1910, pp. 11-12), mas não teve sucesso. A ser verdade o protagonismo de Nunes de Carvalho no envio da coleção para o Arquivo Nacional, então os 44 volumes terão entrado na Torre do Tombo entre 1835 e 1836, antes da saída dele do DLEC. A expressão *motu proprio* sugere que a iniciativa foi dele e sem o documento do governo a autorizar.

Nunes de Carvalho, depois da sua demissão do cargo de gestor do Depósito, foi nomeado Bibliotecário da Casa Real, em Junho de 1836 (ANTT, *Registo Geral de Mercês de D. Maria II*, Lº 5, fl.212v-213). Todavia, pouco tempo esteve na Biblioteca da Ajuda e nunca ali se albergou o *Dicionário Geográfico*, ao contrário do que já se escreveu (Portugal; Matos, 1974, p. 13). Em Setembro desse ano, transitou para Guarda-mor interino da Torre do Tombo (ANTT, *Registo*

*Geral de Mercês de D. Maria II*, L<sup>o</sup> 8, f.13), onde tratou logo de constituir a Biblioteca do Arquivo, como se comprova por uma portaria de 5 de Outubro de 1836 a dar corpo à ideia (ANTT, *Ministério do Reino*, L<sup>o</sup> 1716, f. 64v-65). Foi perto desta que, possivelmente, ficaram integrados os 44 volumes do *Dicionário Geográfico*, quando chegaram à Torre do Tombo. Outra possibilidade é ter ele solicitado a obra ao DLEC, quando exerceu o cargo de guardador (1836-1838). Até agora, não foi localizado qualquer documento comprovativo da data de entrada da coleção naquele arquivo. Talvez tenha sido na Torre do Tombo que cada volume recebeu uma cota alfanumérica e que ainda hoje é possível observar na maioria dos tomos (ver fig. 5). Está grafada a lápis, nas primeiras páginas em branco que sucedem à capa.

Vol.	Letra	Cota	Vol.	Letra	Cota
1	A1	21/C/15	23	M2	21/D/7
2	A2	21/C/16	24	M3	Sem cota
3	A3	21/C/17	25	M.N.	21/D/9
4	A4	21/C/18	26	O1	21/D/10
5	A5	21/C/19	27	P1	Sem cota
6	B1	21/-C/20	28	P2	21/D/12
7	B2	21/C/21	29	P3	21/D/13
8	C1	21/C/22	30	P9	21/D/14
9	C2	21/C/23	31	R1	21/D/15
10	C3	21/C/24	32	R2	21/D/16
11	C4	Sem cota	33	S1	21/D/17
12	C5	21/C/26	34	S 2	21/D/18
13	D-E1	21/C/27	35	S 3	21/D/19
14	E2	21/C/28	36	T 1	21/D/20
15	F1	21/C/29	37	T 2	21/D/21
16	G2 H J	21/D/2	38	V 1	21/D/22
17	G1	21/D/1	39	V 2	21/D/23
18	G2 H I	21/D/2	40	V 3	21/D/24
19	L1	21/D/3	41	V Z	21/D/25
20	L2	21/D/4	42	Suplemento	21/D/26
21	L3	21/D/5	43	Suplemento	21/D/27
22	M1	Sem cota	44		

**Fig. 5**

Primeiras cotas da coleção, na Torre do Tombo. Nos volumes onde se registou “sem cota” é provável que a folha se tenha soltado e perdido

Nesta altura, a cota muitas vezes coincidia com a localização no depósito. Hipoteticamente, estas cotas reportar-se-iam a uma estante 21, corpos C e D. Quando a Torre do Tombo, em 1862, mudou da ala da Calçada da Estrela para a ala da Rua de S. Bento, é possível que tenha havido ajustes no armazenamento. Em 1905, sabemos que os 44 volumes do *Dicionário Geográfico* estavam guardados na mesma sala da Biblioteca do Arquivo, sala essa designada “livraria” e ali também estava a coleção das *Genealogias Manuscritas* (Azevedo; Baião, 1905, p. 52). Em 1910, ocupavam “duas prateleiras da Estante 17, Segunda Divisão da Sala S



(Livraria)” (Freitas, 1910, p. 10). Os volumes do *Dicionário Geográfico* permaneceram na “Livraria”, enquanto a Torre do Tombo residiu em S. Bento.

## 5. DAS TRANSFERÊNCIAS DE SUPORTE AOS PROJETOS DE PUBLICAÇÃO DIGITAL

No século XIX, estando na Torre do Tombo, esta coleção continuou a despertar algumas atenções. Em Maio de 1868, o secretário geral da Academia das Ciências de Lisboa, Latino Coelho, endereçou um ofício ao Guarda-mor daquele arquivo, também ele sócio efetivo da Academia, para o empréstimo do “Diccionario Geographico de Cardoso (...) manuscripto que se torna necessario por algum tempo na bibliotheca d’esta Corporação scientifica para o desempenho d’uma commissão de serviço publico” (ANTT, *Arquivo do Arquivo, Avisos e Ordens*, mç. 30, nº 150).

Vários eruditos consultaram o Dicionário, como fonte, realçando a sua riqueza informativa (Azevedo, 1896, pp. 62-3). Uns publicaram pequenos trechos e outros não. Por exemplo, o advogado e jornalista Almeida Carvalho (1817-1897), que se interessava pelo passado de Setúbal, resumiu o prólogo do volume 44 e copiou pelo menos o inquérito. Hoje, este material faz parte do seu espólio (Arquivo Distrital de Setúbal, PT/ADSTB/PSS/APAC/C/0136). Muito contribuiu para divulgar a riqueza desta fonte Pedro A. de Azevedo. Publicou inúmeros extratos com interesse para a Arqueologia e para a História, entre 1896 e 1903, em números sucessivos d’ *O Archeologo Português*. É a partir desta iniciativa e para salientar o protagonismo dos párocos, que o rótulo de “Memórias Paroquiais” para designar a coleção se difunde, fazendo olvidar a de “dicionário geográfico”. Aliás, no volume de índices que ganhou em 1832, ainda era assim designada, tanto na folha de rosto com uma caligrafia cuidada, como numa nota a lápis, no verso da capa (ver fig. 3). O mesmo título de “Dicionário geográfico” aparece grafado a lápis na folha de rosto do vol. 3, com letra do mesmo punho do volume 44, e igualmente nas folhas de rosto dos volumes 16 e 18 ainda é visível: “Decionario Geographico de Portugal”.

A nova designação impôs-se com rapidez. Em 1905, num livro que Pedro de Azevedo publicou em co-autoria com António Baião sobre a Torre do Tombo, é como “Memórias Paroquiais” que se referem aos 44 volumes.

Também as cotas alfanuméricas acima citadas terão caído em desuso ou tornaram-se desajustadas, ainda no século XIX<sup>35</sup>. A coleção passou a ser referenciada pelos tomos e fólhos (na realidade páginas), como fez Pedro A. Azevedo no artigo citado e nos que se seguiram. Outros autores nem mencionavam qualquer cota, confiando na simples identificação através do nome da freguesia. As *Memórias Paroquiais* ganhavam identidade por si mesmas. Com o passar do tempo, foram as indicações de volume e número dado à freguesia aquelas que prevaleceram, conforme o registo do volume 44, produzido ainda no Convento das

---

<sup>35</sup>Hoje praticamente só as *Genealogias Manuscritas* continuam a manter cotas alfanuméricas, no ANTT.

Necessidades. Este instrumento de descrição, e depois uma fotocópia do mesmo, manteve-se longamente em uso, na sala de referência da Torre do Tombo: até 2014.

Não foi por erro que a coleção em apreço foi designada “Dicionário Geográfico”, nos séculos XIX e XX, como já se escreveu (Portugal; Matos, 1974, p. 13).

Em 1935-37, as *Memórias Paroquiais* já seriam, possivelmente, a coleção mais conhecida e consultada da Torre do Tombo, por historiadores e curiosos, no dizer de Rocha Madahil, que as considerava um tesouro merecedor de ser impresso e conhecido de todos (Madahil, 1937, p. 7, 49). Terá sido ele o primeiro a editar integralmente uma Memória (Ílhavo), neste caso uma freguesia inteira, a principal daquele município (perderam-se, aliás, as restantes).

No século XX, sobretudo a partir dos anos de 1980, com o poder democrático a dinamizar o país, fosse em formato de livro ou de artigo, houve um surto de publicações destes textos, quase sempre usando o recorte concelhio.

Cerca de 2002, por ser “leitura muito solicitada”, a coleção começou a ser microfilmada, na Torre do Tombo, para preservar os originais. Poucos anos depois, foi feita nova transferência de suporte. Ou seja, os microfilmes a preto e branco foram digitalizados e postos online, apesar da falta de qualidade de algumas imagens, o que por vezes dificulta as transcrições. O facto de ficarem consultáveis à distância, redobrou o interesse por esta fonte.

Assim, este importante conjunto documental chegou ao primeiro decénio do século XXI em diferentes suportes e com diferentes acessibilidades. Por esta altura, começaram também a surgir projetos de maior fôlego. São de referir cinco iniciativas de publicação, que arrancaram todas na década invocada.

A primeira foi desenvolvida no âmbito de uma colaboração entre a Torre do Tombo e uma equipa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, liderada por Luís Espinha da Silveira (1954-2021). Este projeto inseriu-se no âmbito do *Atlas histórico do SIGMA* - Sistema de Informação Geográfica e Modelação de Dados aplicado à História de Portugal. Num mapa online, as imagens das *Memórias Paroquiais* manuscritas do ANTT ficaram acessíveis a partir da carta de freguesias (Cf. <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt>).

O segundo empreendimento foi gerado na Universidade do Minho. Este, nos últimos vinte anos, tem editado os textos em formato de dicionário, indexando-os por freguesias, dentro dos atuais concelhos e organizados por distritos. Entre 2003 e 2021, saíram dos prelos tipográficos onze grossos volumes, que correspondem a toda a zona a norte do Rio Tejo, ao distrito de Setúbal e Portalegre, bem como ao território de Olivença, que em 1758 fazia parte de Portugal (Capela, 2003,2005; Capela, et al., 2006-2021). José Viriato Capela tem sido o coordenador do projeto e, ao mesmo tempo, promoveu o estudo destes textos. A título individual ou coletivo, publicou importantes introduções sobre especificidades das zonas tratadas.

A terceira iniciativa de publicação foi promovida a partir de 2005 pelo Centro de História da Universidade de Lisboa. Editou topograficamente os volumes do ANTT, tendo publicado em papel, até ao momento, nove volumes, que correspondem às letras A-C na sequência alfabética (Cosme & Varandas (ed.), 2009 a 2016).

Quase sempre com supervisão de Saul Gomes, também de 2005 e até 2012, uma equipa da Universidade de Coimbra envolveu-se na edição de textos sobre a região centro no séc. XVIII, nos quais incluiu as *Memórias Paroquiais*. Organizados por concelhos, foram publicados 11 volumes: Viseu, Marinha Grande, Batalha, Almeida, Alvaiázere, Castelo Branco, Mangualde, Leiria, Lousã, Ansião e Pombal (*Notícias e memórias paroquiais setecentistas*, 2005-2012).

A quinta iniciativa de publicação foi levada a cabo pelo Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS). Este projeto desenvolveu-se em várias fases e visou, *ab initio*, uma disponibilização integralmente digital, em acesso aberto, num *site* intitulado Portugal 1758. Desde 2016, as Memórias de quase todas as paróquias do Alentejo foram reunidas num portal agregador de dados, o CIDEHUSDigital, onde também podem ser encontradas outras coleções (Cf. <http://www.cidehusdigital.uevora.pt/>). Dispõe de um motor de busca e de licenças *creative commons 4.0*.

Com efeito, em 2007, o CIDEHUS iniciou o processo de transcrição dos textos, quase sempre a partir das digitalizações da Torre do Tombo. Recorreu a um sistema colaborativo, quer para fazer as transcrições, quer para, e sempre que possível, fazer acordos com outros transcritores que já tivessem editado essas *Memórias*. Este processo, ainda que moroso, revelou-se eficaz, pelo que estão já disponíveis *online* 366 freguesias no CIDEHUSDigital. Ressalve-se, contudo, que dado que intervieram diversos paleógrafos e, inclusive, estudantes universitários, os textos agora disponíveis apresentam diferentes critérios de transcrição paleográfica.

A partir de 2020, o CIDEHUS-UÉvora alargou o âmbito do projeto em duas vertentes: transcrição e processamento. Relativamente à primeira, pretende-se transcrever as *Memórias* em falta, para que se possa disponibilizar na íntegra e em acesso aberto todas as freguesias do Sul de Portugal, respeitando os princípios FAIR<sup>36</sup>. No que respeita ao processamento, neste momento, estão a ser desenvolvidos estudos em Humanidades Digitais, beneficiando da acessibilidade deste *corpus*. Os textos estão a ser enriquecidos através de um processo de anotação de Entidades Nomeadas. Nesta fase, estão a ser estudadas as categorias semânticas de Pessoas, Locais e Organizações (Santos et al., 2020; Vieira et al., 2021). A equipa já publicou um *dataset* no CLARIN - *Common Language Resources and Technology Infrastructure*, e no ZENODO - Repositório Científico de Dados no âmbito da estrutura de Ciência aberta *OpenAIRE* - EOSC (Vieira et al., 2021), além de vários artigos (Santos et al., 2020; Vieira et al., 2021).

Este importante conjunto textual propicia, também, estudos em linguística. Neste momento, estão a ser desenvolvidas abordagens no que se refere ao tratamento computacional da ortografia do século XVIII, cuja variação gráfica é bastante expressiva nas Memórias (Cameron et al., 2021).

O funcionamento da sociedade neste século XXI tem sido cada vez mais digital. Os serviços e estruturas acompanham esta crescente transição digital e este *modus operandi* reflete-se também num grande incentivo à digitalização do património (UE, 2021).

Fruto deste apelo para uma transição digital, atualmente já se encontram disponíveis muitos dados em suporte virtual, mas, frequentemente, estes não estão em acesso aberto ou não

---

<sup>36</sup> <https://www.go-fair.org/fair-principles/>

conseguem ser pesquisados. Assim, a mera transferência de suporte não representa um verdadeiro funcionamento digital.

Para estudos históricos e linguísticos sobre texto antigo, é essencial que seja feita uma disponibilização digital de dados textuais com qualidade, com rigor nos metadados, seguindo as diretrizes de Timothy Berners-Lee<sup>37</sup>. A informação em ambiente digital deverá continuar a ser, quanto possível, fidedigna ao original, mas desenvolvida de modo a propiciar processamento computacional, trazendo a realidade passada para os adventos deste século da informação.

As Humanidades Digitais, enquanto abordagem de investigação, utilizam novos métodos e ferramentas para conseguir solucionar questões cuja resposta seria difícil ou mesmo impossível de conseguir sem ajuda de cada vez mais sofisticados instrumentos de processamento computacional (Edmond, 2021). Desenhados na sua génese a partir de uma perspectiva interdisciplinar, os estudos em Humanidades Digitais sobre texto antigo com valor patrimonial assumem, assim, novas oportunidades de pesquisa, nunca antes pensadas, e as *Memórias Paroquiais* enfrentam mais esse desafio.

## 6. EPÍLOGO

Como se demonstrou, o inquérito de 1758 teve um itinerário com muitas intervenções, mudanças e transformações. Deu origem a uma coleção, que quase seguramente só foi constituída por volta de 1832, ainda no Convento dos Oratorianos. Foi no final dessa centúria que ganhou uma nova identidade, ao começar a ser designada por “Memórias Paroquiais”, pelo oficial arquivista da Torre do Tombo, Pedro A. Azevedo (1869-1928).

Uma vez incorporada no principal arquivo do país, é de realçar a microfilmagem e a digitalização que sofreu, permitindo-lhe esta última maior difusão.

Apesar da sua relevância e das atenções que tem merecido, só no século XXI começaram a surgir projetos mais alargados, tendo em vista a publicação integral, até agora ainda não concretizada em versão transcrita. De notar que o século XX foi dominado pela publicação parcelar, sempre em suporte de papel. A transformação para o mundo digital é muito recente e tem sido marcada pelo digital passivo. Urge alterar a estratégia e transformar as *Memórias Paroquiais* em dados, aptos a serem ligados com outros, e assim contribuir para uma maior divulgação e fruição deste tão relevante conjunto documental, quer a nível nacional, quer internacional. O seu conteúdo pode ser importante para diversos investigadores e intervenientes, em várias áreas do conhecimento, muito para além das Humanidades.

---

<sup>37</sup> [https://www.w3.org/2011/gld/wiki/5\\_Star\\_Linked\\_Data](https://www.w3.org/2011/gld/wiki/5_Star_Linked_Data)

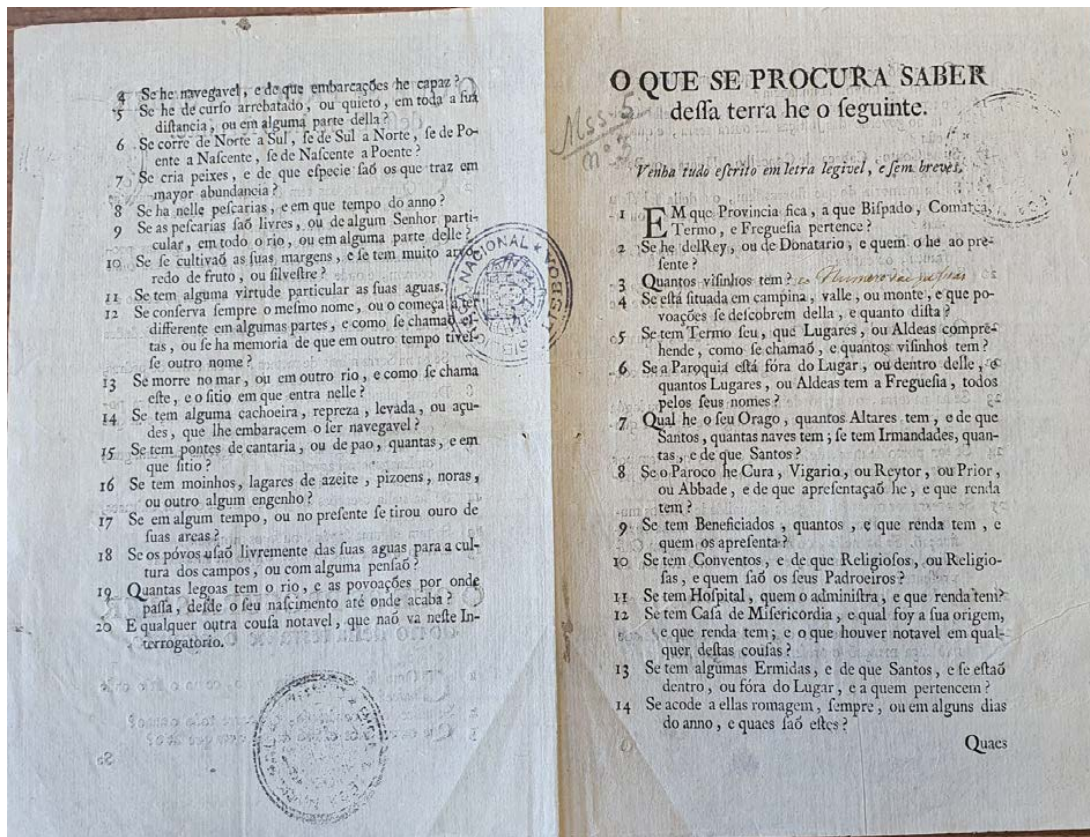
## REFERÊNCIAS

1. Azevedo, Pedro A. de. «Extractos archeologicos das “Memorias parochiaes de 1758”», *O Archeologo Português*, II -VIII (1896-1903).
2. Azevedo, Pedro de; Baião, António. *O Archivo da Torre do Tombo: sua historia, corpos que o compõem e organisação*. Lisboa: s.n. (1905).
3. Barata, Paulo J. S. "O Depósito das Livrarias dos extintos conventos: uma instituição desconhecida do período oitocentista português". *Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição*, n. 10, pp. 75–105 (2002).
4. Barata, Paulo J.S. *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional (2003).
5. Cameron, H.F., Gonçalves, M.F., Olival, F.; Vieira, R. “Spelling variants in 18th-century Portuguese: constraints on natural language processing”, *Programming in Digital Humanities*, Springer; High Performance Computing Chair – Univ. Évora [approved for publ.] (2022).
6. Cameron, H. F.; Gonçalves, M. F.; Quaresma, P. “Linguistic and orthographical classic Portuguese variants. Challenges for NLP”. In: M.J.Finatto, R. Vieira, S.Pollak and S. Luz (ed.), *Proceedings of the Workshop on Digital Humanities and Natural Language Processing*, co-located with International Conference on the Computational Processing of Portuguese (PROPOR 2020), vol. 2607. Évora: CEUR-WP org, 43-48. <http://ceur-ws.org/Vol-2607/short1.pdf> (2020).
7. Campos, Fernanda Maria Guedes de. *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso: séc. XVIII*. Casal de Cambra, Portugal: Caleidoscópio (2015).
8. Capela, José. *As freguesias do distrito de Braga nas «Memórias paroquiais» de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Universidade do Minho (2003).
9. Capela, José V. *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas memórias paroquiais de 1758: Alto Minho memória, história e património*, Monção, Casa Museu Universidade do Minho (2005).
10. Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério. *As freguesias do Distrito de Vila Real nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Braga]: J.V.C. (2006).
11. Capela, José Viriato; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique; Oliveira, Carlos Prada de. *As freguesias do distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, s.n. (2007).
12. Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério. *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, s.n. (2009).
13. Capela, José Viriato; Matos, Henrique. *As freguesias do distrito de Viseu nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, s.n. (2010).
14. Capela, José Viriato; Matos, Henrique. *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, Ed. José Viriato Capela (2011).
15. Capela, José Viriato; Matos, Henrique. *As freguesias do distrito da Guarda. Memória, história e património*, Braga, Ed. José Viriato Capela (2013).

16. Capela, José Viriato, Matos, Henrique; Castro, Sandra. *As freguesias dos distritos de Lisboa e Setúbal nas «Memórias Paroquiais de 1758»: memórias, história e património*, Braga, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho (2016).
17. Capela, José, Matos, Henrique; Castro, Sandra. *As freguesias dos distritos de Castelo Branco, Portalegre e Olivença nas «Memórias Paroquiais» de 1758: memórias, História e património*, Braga, Dos Autores (2019).
18. Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Castro, Sandra. *As freguesias dos distritos de Leiria e Santarém nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga (2021).
19. Cardoso, Luís. *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Vol. I. 2 vols. Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real (1747).
20. Cardoso, Luís. *Portugal sacro-profano*. 3 Vols, Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa (1757-1768).
21. Cosme, J. & Varandas, J. *Memórias Paroquiais (1758)*, vol. 1 [Abação-Alcaria] - 9 [Canedo-Castedo], Lisboa; Casal de Cambra: Centro de História da Universidade de Lisboa; Caleidoscópico (2009-2020).
22. Costa, Mário. "O Palácio Barcelinhos e o seu antecessor o Convento do Espírito Santo da Pedreira". *Olisipo*, n. 86, pp. 91-103 (1959).
23. Chorão, Maria José Mexia Bigotte. "Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII". *Revista de História Económica e Social*, 1a série, n. 21, pp. 93-130 (1987).
24. Edmond, Jennifer (ed). *Digital Technology and the Practices of Humanities Research*. UK: Open Book Publishers, <https://doi.org/10.11647/OBP.0192> (2020).
25. European Commission: *Recommendation of 10.11.2021 on a Common European data space for cultural heritage*, Brussels, 10.11.2021 - C(2021) 7953 final, <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/news/commission-proposes-common-european-data-space-cultural-heritage>.
26. Freitas, Jordão de. "Herculano, bibliothecario". *Boletim da Real Associação dos Archeologos Portuguezes*, Número commemorativo do Centenário de Herculano, pp.10-12 (1910).
27. Madaíl, António Gomes da Rocha. *Ílhavo no século XVIII: as informações paroquiais de 1721 e de 1758: integralmente publicadas pela 1a vez*. Figueira da Foz: Tipografia Popular (1937).
28. *Notícias e memórias paroquiais setecentistas*. 11 Vols., Viseu: Palimage / Centro de História da Sociedade e da Cultura (2005-2012).
29. Pereira, Gabriel. «Interrogatorios para a organização do “Diccionario Geographico” do Pe. Luís Cardoso», *O Archeologo Português*, I, pp. 268-271 (1895).
30. Portugal, Fernando; Matos, Alfredo de. *Lisboa em 1758*. Lisboa: s.n. (1973).
31. Santos, Eugénio. “Oratorianos”, *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva (2010).
32. Santos, I., Olival, F. & Sequeira, O. “Excavating the data pit: the Portuguese Parish Memories (1758) as a gold standard”. *Workshop on Digital Humanities and Natural Language Processing* (2020).
33. Santos, Mariana A. Machado. “Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda”, *O Instituto*, Vol. CXXVII, Coimbra, pp. 99-174 (1965).

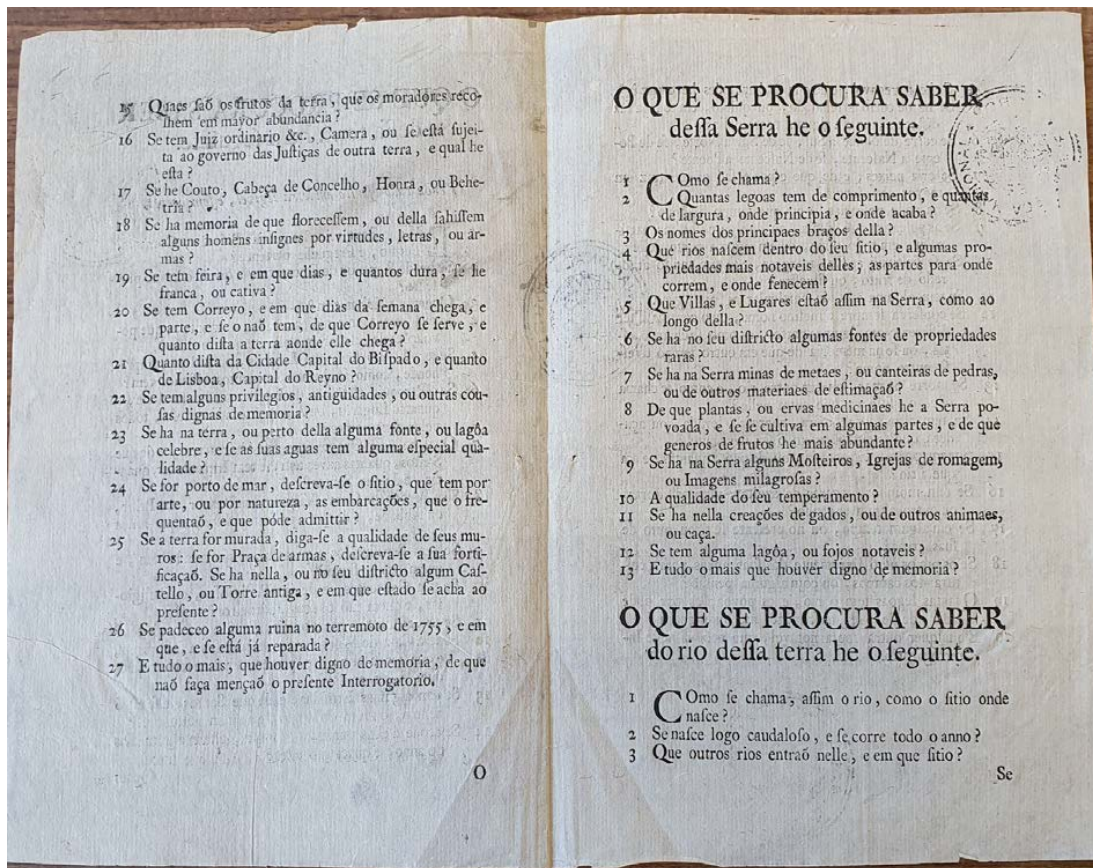
34. Vieira, R., Olival, F., Cameron, H. F., Santos, J., Sequeira, O., & Santos, I. Enriching the 1758 Portuguese Parish Memories (Alentejo) with Named Entities. *Journal of Open Humanities Data*, 7, 20. DOI: <http://doi.org/10.5334/johd.43> (2021).
35. Vieira, R.; Olival, F.; Helena F. C.; Santos, J.; Santos, I.; Sequeira, O. "Parish Memories with Named Entities". Zenodo. <https://doi.org/10.5281/ZENODO.4946479> (2021).

## ANEXO (AS MEMÓRIAS PAROQUIAIS: DO MANUSCRITO AO DIGITAL)



**Fig. 1**  
Inquérito impresso distribuído em 1758 (BNP, Ms. 5, nº 3). Imagem cedida pela BNP





- 15 Quaes são os frutos da terra, que os moradores reco-  
hem tem maior abundancia?
- 16 Se tem Juziz ordinario &c., Camera, ou se está sujei-  
ta ao governo das Justiças de outra terra, e qual he  
esta?
- 17 Se he Couto, Cabeça de Concelho, Honra, ou Behen-  
trih?
- 18 Se ha memoria de que florecefsem, ou della fahifsem  
alguns homêns insignes por virtudes, letras, ou ar-  
mas?
- 19 Se tem feira, e em que dias, e quantos dura, se he  
franca, ou cativa?
- 20 Se tem Correyo, e em que dias da semana chega, e  
parte, e se o não tem, de que Correyo se serve, e  
quanto dista a terra aonde elle chega?
- 21 Quanto dista da Cidade Capital do Bispado, e quanto  
de Lisboa, Capital do Reyno?
- 22 Se tem alguns privilegios, antiguidades, ou outras cou-  
zas dignas de memoria?
- 23 Se ha na terra, ou perto della alguma fonte, ou lagôa  
celebre, e se as suas aguas tem alguma especial qua-  
lidade?
- 24 Se for porto de mar, descreva-se o sitio, que tem por  
arte, ou por natureza, as embarcações, que o fre-  
quentão, e que pôde admitir?
- 25 Se a terra for murada, diga-se a qualidade de seus mu-  
ros: se for Praça de armas, descreva-se a sua fortifi-  
cação. Se ha nella, ou no seu districto algum Cas-  
tello, ou Torre antiga, e em que estado se achã ao  
presente?
- 26 Se padecco alguma ruina no terremoto de 1755, e em  
que, e se está já reparada?
- 27 E tudo o mais, que houver digno de memoria, de que  
não faça menção o presente Interrogatorio.

### O QUE SE PROCURA SABER dessa Serra he o seguinte.

- 1 Como se chama?
- 2 Quantas legoas tem de comprimento, e quantas  
de largura, onde principia, e onde acaba?
- 3 Os nomes dos principaes braços della?
- 4 Que rios nascem dentro do seu sitio, e algumas pro-  
priedades mais notaveis delles; as partes para onde  
correm, e onde fenecem?
- 5 Que Villas, e Lugares estáo assim na Serra, como ao  
longo della?
- 6 Se ha no seu districto algumas fontes de propriedades  
raras?
- 7 Se ha na Serra minas de metaes, ou canteiras de pedras,  
ou de outros materiaes de effimação?
- 8 De que plantas, ou ervas medicinaes he a Serra po-  
voada, e se se cultiva em algumas partes, e de que  
generos de frutos he mais abundante?
- 9 Se ha na Serra alguns Mosteiros, Igrejas de romagem,  
ou Imagens milagrosas?
- 10 A qualidade do seu temperamento?
- 11 Se ha nella creações de gados, ou de outros animaes,  
ou caça.
- 12 Se tem alguma lagôa, ou fojos notaveis?
- 13 E tudo o mais que houver digno de memoria?

### O QUE SE PROCURA SABER do rio dessa terra he o seguinte.

- 1 Como se chama, assim o rio, como o sitio onde  
nasce?
- 2 Se nasce logo caudaloso, e se corre todo o anno?
- 3 Que outros rios entrao nelle, e em que sitio?

Se

Fig. 2  
Verso da folha impressa do inquérito de 1758 (BNP, Ms. 5, nº 3). Imagem cedida pela BNP

195 <sup>mat.</sup>

*Relação dos Livros existentes no Gabinete de M.ª da extinta Casa do Espírito Santo pertencentes a extinta Casa de S. Penha das Necessidades fabricada no Hospício extinto da Terra Santa em 30 de Dezembro do anno de 1834*

<i>Auctor.</i>	<i>Título da Obra.</i>	<i>Edição.</i>	<i>Anno.</i>	<i>Vols.</i>	<i>Folios.</i>	<i>Observ.</i>
"	<i>Dictionnaire Geographique de l'Asie de Portugal.</i>	"	"	15	Folios	<i>Em Manuscripto com humo Index em Folio.</i>
<i>Calmet.</i>	<i>Histoire Universelle Sacree et profane depuis le commencement du Monde jusqu'à nos jours.</i>	<i>Strasbourg.</i>	<i>1755.</i>	8.	<i>Quarto.</i>	"
<i>A. L. H. Army.</i>	<i>Historia General de los Autores.</i>	<i>Paris.</i>	<i>1759.</i>	2.	<i>Quarto.</i>	"

**Fig. 3**

Parte superior da página de início do inventário dos livros do extinto Convento do Espírito Santo e que deram entrada no Hospício da Terra Santa, a 30 de Dezembro de 1834 (BNP, Cód. 6963, f. 195). Imagem cedida pela BNP